

2020.1

RELATÓRIO SEMESTRAL SICOOB CENTRAL NE



SICOOB

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAS.....	03
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS	04
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	05
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	05
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	06
NOTAS EXPLICATIVAS	07
PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	25
PARECER DO CONSELHO FISCAL	28



BALANÇOS PATRIMONIAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

	Notas	30/06/2020	Em Reais 31/12/2019
ATIVO		595.699.188,48	322.570.842,37
Circulante		567.444.912,86	287.702.250,46
Caixa e Equivalentes De Caixa	4	559.205.906,58	273.487.979,36
Disponibilidades		3.044,50	4.008,92
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	5	333.827.766,34	107.894.433,71
Títulos e Valores Mobiliários	6	225.375.095,74	165.589.536,73
Operações de Crédito	7	7.617.985,60	13.528.318,81
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		7.663.378,14	13.701.821,59
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(45.392,54)	(173.502,78)
Outros Créditos	8	488.026,42	572.557,40
Rendas a Receber		51,24	63,45
Diversos		478.365,80	564.665,50
Créditos Tributários		9.609,38	7.828,45
Outros Valores e Bens	9	132.994,26	113.394,89
Outros Valores e Bens		15.939,80	20.065,28
Despesas Antecipadas		117.054,46	93.329,61
Não Circulante		28.254.275,62	34.868.591,91
Realizável a Longo Prazo		16.801.995,79	23.391.922,89
Operações de Crédito	7	16.700.630,19	23.290.557,29
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		16.729.261,66	23.553.370,90
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(28.631,47)	(262.813,61)
Outros Créditos	8	101.365,60	101.365,60
Devedores por Depósitos em Garantia		101.365,60	101.365,60
Permanente		11.452.279,83	11.476.669,02
Investimentos	10	6.441.783,41	6.296.010,98
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		6.441.783,41	6.296.010,98
Imobilizado de Uso	11	4.860.037,08	5.093.887,32
Outras Imobilizações de Uso		5.458.024,34	5.506.085,38
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(597.987,26)	(412.198,06)
Intangível		150.459,34	86.770,72
Ativos Intangíveis		361.872,34	269.111,53
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(211.413,00)	(182.340,81)
Total do Ativo		595.699.188,48	322.570.842,37
PASSIVO		562.763.237,76	290.307.919,02
Circulante		562.763.237,76	290.307.919,02
Depósitos	12	52.222.665,09	46.040.126,96
Depósitos à Prazo		52.222.665,09	46.040.126,96
Relações Interfinanceiras	13	505.783.740,49	240.255.112,09
Centralização Financeira - Cooperativas Centrais		505.783.740,49	240.255.112,09
Outras Obrigações	14	4.756.832,18	4.012.679,97
Sociais e Estatutárias	14.1	1.820.030,24	1.066.867,45
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	14.2	189.280,90	234.021,24
Diversas	14.3	2.747.521,04	2.711.791,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.935.950,72	32.262.923,35
Capital Social	16.a	31.779.562,65	31.124.722,69
De Domiciliados No País		31.779.562,65	31.124.722,69
Reserva de Sobras	16.b	1.138.200,66	1.125.723,90
Sobras ou Perdas Acumuladas	16.c	18.187,41	12.476,76
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		595.699.188,48	322.570.842,37

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

DSP	Notas	1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Em Reais			
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		6.717.135,46	8.288.962,05
Operações de Crédito	19	633.522,33	1.078.058,05
Resultado de Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	5	2.771.263,67	4.627.556,99
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	3.312.349,46	2.583.347,01
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira	20	(6.112.129,80)	(7.801.664,73)
Operações de Captação no Mercado	12.a	(869.234,84)	(1.220.491,88)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	13.a	(5.605.187,34)	(6.428.733,95)
Provisão para Operações de Créditos		362.292,38	(152.438,90)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		605.005,66	487.297,32
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		81.150,52	442.423,99
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	21	4.137,74	4.668,72
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	(4.360.496,22)	(3.963.278,47)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(924.880,12)	(724.828,80)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(24.559,01)	(20.787,64)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	5.387.369,39	5.213.938,39
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(421,26)	(2.312,18)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	25	-	(64.976,03)
Resultado Operacional		686.156,18	929.721,31
Resultado Antes da Tributação e Participações		686.156,18	929.721,31
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperativos		(600,00)	(600,00)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(600,00)	(600,00)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		684.956,18	928.521,31
Resultado Antes dos Juros ao Capital		684.956,18	928.521,31
Juros ao Capital	18	(666.768,77)	(912.530,68)
Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias		18.187,41	15.990,63

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

Em reais

Eventos	Notas	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Totais
		Capital Subscrito	Fundo de Reserva	Acumuladas	
Saldo em 31/12/2018		25.803.981,17	1.025.372,89	94.592,51	26.923.946,57
Constituição de Reservas			94.592,51	(94.592,51)	-
Por Subscrição/Realização		4.524.227,38		-	4.524.227,38
Por Devolução (-)		(848.728,66)		-	(848.728,66)
Sobras ou Perdas Líquidas				928.521,31	928.521,31
Provisão de Juros ao Capital				(912.530,68)	(912.530,68)
Saldo em 30/06/2019		29.479.479,89	1.119.965,40	15.990,63	30.615.435,92
Saldo em 31/12/2019		31.124.722,69	1.125.723,90	12.476,76	32.262.923,35
Constituição de Reservas	16.c		12.476,76	(12.476,76)	-
Por Subscrição/Realização		654.839,96		-	654.839,96
Sobras ou Perdas Líquidas				684.956,18	684.956,18
Provisão de Juros ao Capital	18			(666.768,77)	(666.768,77)
F A T E S					
Saldo em 30/06/2020		31.779.562,65	1.138.200,66	18.187,41	32.935.950,72

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

Em Reais

DRA	Notas	1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Sobras/Perdas Líquidas		18.187,41	15.990,63
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		18.187,41	15.990,63

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Em Reais	
		1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Período		18.187,41	15.990,63
Distribuição de Sobras e Dividendos		(126.738,28)	(230.208,61)
Provisão/Reversão para Operações de Crédito		(362.292,38)	152.438,90
Provisão de Juros ao Capital		666.768,77	912.530,68
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		-	64.976,03
(Ganho)/Perdas Por Baixas De Imobilizado		-	774,93
Depreciações e Amortizações		215.194,33	57.413,83
		411.119,85	973.916,39
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito		12.862.552,69	384.478,95
Outros Créditos		84.530,98	401.063,16
Outros Valores e Bens		(19.599,37)	(40.525,80)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Prazo		6.182.538,13	13.377.871,39
Relações Interfinanceiras		265.528.628,40	22.240.626,43
Outras Obrigações		78.583,44	(472.746,22)
IRPJ		(600,00)	(600,00)
CSLL		(600,00)	(600,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		285.127.154,12	36.863.484,30
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos		126.738,28	224.811,89
Distribuição Sobras da Confederação		-	5.396,72
Aplicação no Intangível		(81.756,35)	(23.265,63)
Aquisição De Imobilizado de Uso		36.723,64	(1.477.212,77)
Aquisição de investimentos		(145.772,43)	(321.009,55)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(64.066,86)	(1.591.279,34)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		654.839,96	4.524.227,38
Devolução de Capital à Cooperados		-	(848.728,66)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		654.839,96	3.675.498,72
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		285.717.927,22	38.947.703,68
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	273.487.979,36	199.733.605,17
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	559.205.906,58	238.681.308,85
Variacão Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		285.717.927,22	38.947.703,68

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE SICOOB CENTRAL NORDESTE

CNPJ: 70.116.611/0001-85

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2020 E 31/12/2019

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, é uma cooperativa de crédito de segundo grau, instituição financeira não bancária, fundada em **25 de abril de 1994**, filiada e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CENTRAL NE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN,

apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/08/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em conta na elaboração das demonstrações, respectivamente com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade. Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período. Apresentamos a Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. Os dados comparativos de períodos anteriores foram adequados ao novo padrão estabelecido pelo Bacen.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.



d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.



r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	3.044,50	4.008,92
Aplicações interfinanceiras de liquidez	333.827.766,34	107.894.433,71
Títulos e Valores Mobiliários	225.375.095,74	165.589.536,73
TOTAL	559.205.906,58	273.487.979,36

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	333.827.766,34	107.894.433,71
TOTAL	333.827.766,34	107.894.433,71

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCOOB** com remuneração de 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos semestres findos em 30/06/2020 e 30/06/2019 foram respectivamente R\$ 2.771.263,67 e R\$ 4.627.556,99.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Fundo de Investimento - Sicoob institucional (a)	144.341.423,52	125.392.204,69
Fundo de Investimento - Bancoob Centralização (a)	81.033.672,22	40.197.332,04
TOTAL	225.375.095,74	165.589.536,73

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **BANCOOB**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 30/06/2020 e 30/06/2019 foram, respectivamente, R\$ 3.312.349,46 e R\$ 2.583.347,01.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	7.663.378,14	16.729.261,66	24.392.639,80	37.255.192,49
Total de Operações de Crédito	7.663.378,14	16.729.261,66	24.392.639,80	37.255.192,49
(-) Provisões para Operações de Crédito	(45.392,54)	(28.631,47)	(74.024,01)	(436.316,39)
TOTAL	7.617.985,60	16.700.630,19	24.318.615,79	36.818.876,10



b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	12.582.915,87	12.582.915,87	-	19.764.426,78	-
A	0,5%	Normal	11.210.708,10	11.210.708,10	(56.053,54)	3.536.263,69	(17.681,32)
C	3%	Normal	599.015,83	599.015,83	(17.970,47)	13.954.502,02	(418.635,06)
Total Normal			24.392.639,80	24.392.639,80	(74.024,01)	37.255.192,49	(436.316,39)
Total Geral			24.392.639,80	24.392.639,80	(74.024,01)	37.255.192,49	(436.316,39)
Provisões			(74.024,01)	(74.024,01)		(436.316,39)	
Total Líquido			24.318.615,79	24.318.615,79		36.818.876,10	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.770.398,86	5.892.979,28	16.729.261,66	24.392.639,80

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos (Capital de Giro)	30/06/2020	% da Carteira
Instituições Financeiras	24.392.639,80	24.392.639,80	100%
TOTAL	24.392.639,80	24.392.639,80	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(436.316,39)	(39.023,16)
Reversões/Constituições	362.292,38	(397.293,23)
TOTAL	(74.024,01)	(436.316,39)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	12.582.915,87	50,75%	17.896.380,82	48,00%
10 Maiores Devedores	24.792.569,53	100,00%	37.255.192,49	100,00%
50 Maiores Devedores	24.792.569,53	100,00%	37.255.192,49	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Créditos Baixados como Prejuízo	2.393.540,42	2.393.540,42
TOTAL	2.393.540,42	2.393.540,42

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber	51,24	-	63,45	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	195.738,79	-	-	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	110.029,08	-	6.019,21	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	-
Devedores por depósitos em garantia (a)	-	101.365,60	-	101.365,60
Impostos e contribuições a compensar	9.609,38	-	7.828,45	-
Pagamentos a ressarcir	28.499,15	-	20.630,81	-
Devedores diversos – país	144.098,78	-	538.015,48	-
TOTAL	488.026,42	101.365,60	572.557,40	101.365,60

(a) Referem-se aos depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais, conforme Nota 30.

9. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Material em Estoque	15.939,80	20.065,28
Despesas Antecipadas (a)	117.054,46	93.329,61
TOTAL	132.994,26	113.394,89

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

10. Investimentos

Em **30 de junho de 2020** e **31 de dezembro 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
BANCOOB	1.890.393,54	1.744.622,04
Confefras e CNAC	359.089,03	359.088,10
Sicoob Confederação	4.179.184,44	4.179.184,44
Telebras e Sicoob Adm e Corretora de Seguros	13.116,40	13.116,40
TOTAL	6.441.783,41	6.296.010,98



11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2020	31/12/2019
Edificações	10%	3.200.000,00	3.200.000,00
(-) Depreciação Acum. Edificações		(107.354,87)	(43.354,85)
Instalações		1.147.175,85	1.147.175,85
(-) Depreciação Acum. Instalações		(96.194,32)	(38.835,52)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	421.572,09	417.791,39
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(394.438,07)	(21.616,27)
Sistema de Comunicação	20%	-	38.781,24
Sistema de Processamento de Dados	20%	650.495,16	613.670,84
Sistema de Segurança	10%	38.781,24	88.666,06
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-	(308.391,42)
TOTAL		4.860.037,08	5.093.887,32

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito a Prazo	52.222.665,09	0,21	46.040.126,96	0,37
TOTAL	52.222.665,09		46.040.126,96	

Depósitos a prazo mantidos no SICOOB CENTRAL NE pelas cooperativas singulares filiadas remunerados em 100% do CDI.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(869.234,84)	(2.492.990,66)	(1.220.491,88)
TOTAL	(869.234,84)	(2.492.990,66)	(1.220.491,88)

13. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

Refere-se aos valores mantidos pelas cooperativas integrantes do Sistema SICOOB CENTRAL NE para fins de centralização financeira remunerada em 100% do CDI.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Centralização Financeira - Cooperativas	505.783.740,49	240.255.112,09
TOTAL	505.783.740,49	240.255.112,09

a) As despesas da transação resultaram em R\$ 5.605.187,34, R\$ 13.493.219,97 e R\$ 6.428.733,95 nos semestres findos em 30/06/2020, 31/12/2019 e 30/06/2019, respectivamente, classificadas na Demonstração de Sobras e Perdas como “Dispêndios com Depósitos Intercooperativos”.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2019
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(5.605.187,34)	(13.493.219,97)	(6.428.733,95)
TOTAL	(5.605.187,34)	(13.493.219,97)	(6.428.733,95)

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	217.526.155,72	39,00%	89.576.277,45	31,00%
10 Maiores Depositantes	540.144.197,41	97,00%	273.296.248,30	95,00%
50 Maiores Depositantes	558.006.405,58	100,00%	286.295.239,05	100,00%

14. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	1.820.030,24	-	1.066.867,45	-
Fiscais e Previdenciárias	189.280,90	-	234.021,24	-
Diversas	2.747.521,04	-	2.711.791,28	-
TOTAL	4.756.832,18	-	4.012.679,97	-

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Dividendos e Bonificações a Pagar (a)	666.768,77	-	-	-
Resultado de Atos com Associados (b)	8.344,04	-	8.344,04	-
Resultado de Atos com não Associados (b)	91.670,10	-	122.713,88	-
Gratificações e Participações a Pagar	185.224,76	-	51.474,20	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	868.022,57	-	884.335,33	-
TOTAL	1.820.030,24	-	1.066.867,45	-

(a) Provisão para distribuição de Juros ao Capital às Cooperativas Filiadas, conforme deliberação do Conselho de Administração na ata 143/2016.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não



cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	896,01	-	-	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	49.578,41	-	72.116,36	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	138.747,64	-	161.813,91	-
Outros	58,84	-	90,97	-
TOTAL	189.280,90	-	234.021,24	-

14.3 Diversas

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.809,50	-	2.678,54	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.611.554,20	-	1.967.415,15	-
Provisão para Passivos Contingentes	-	-	-	-
Provisão para Garantias Financ. Prestadas (b)	-	-	83.424,16	-
Credores Diversos - País	134.157,34	-	658.273,43	-
TOTAL	2.747.521,04	-	2.711.791,28	-

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de junho de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.465.323,15 (R\$ 5.493.817,52 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CENTRAL NE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores

contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **30 de junho de 2020** e **31 de dezembro 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No primeiro semestre de **2020**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 654.839,96**, com recursos provenientes de integralização de capital pelas associadas.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	31.779.562,65	31.124.722,69
Associados	12	12

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/03/2020, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 12.476,76, ao Fundo de Reserva.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	18.787,41	-
Adições Diversas	600,00	-
Despesas específicas de atos não cooperativos	(17.402,17)	-
Compensação de Prejuízo Fiscal	(595,57)	-
Resultado operacional	1.389,67	1.188,55
Imposto de Renda e Contribuição Social	(408,57)	(349,43)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	981,10	839,12



18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No primeiro semestre de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 666.768,77.

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de Empréstimos	633.522,33	1.078.058,05
TOTAL	633.522,33	1.078.058,05

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas De Captação	(869.234,84)	(1.220.491,88)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(5.605.187,34)	(6.428.733,95)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	380.262,85	11.742,67
Provisões para Operações de Crédito	(17.970,47)	(164.181,57)
TOTAL	(6.112.129,80)	(7.801.664,73)

21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de outros serviços	4.137,74	4.668,72
TOTAL	4.137,74	4.668,72

22. Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(32.514,91)	(22.850,40)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(756.143,79)	(213.290,13)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(645.439,89)	(640.568,73)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(787.544,87)	(729.869,72)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.072.461,97)	(2.226.810,39)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(36.000,00)	(91.260,63)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(30.390,79)	(38.628,47)
TOTAL	(4.360.496,22)	(3.963.278,47)

23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(37.146,31)	(34.405,02)
Despesas de Aluguéis	(7.328,24)	(10.200,00)
Despesas de Comunicações	(72.454,92)	(76.061,66)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(6.000,00)	(6.000,00)
Despesas de Material	(10.461,80)	(14.391,04)
Despesas de Processamento de Dados	(126.292,56)	(128.247,47)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(14.119,81)	(3.000,00)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(3.000,00)	(3.000,00)
Despesas de Publicações	(2.100,00)	(2.240,00)
Despesas de Seguros	(2.351,75)	(2.690,04)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(31.407,29)	(13.646,10)
Despesas de Serviços de Terceiros	(27.500,55)	(6.310,28)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(23.675,64)	(24.102,12)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(122.279,61)	(88.952,46)
Despesas de Transporte	(1.860,00)	(1.948,14)
Despesas de Viagem ao Exterior	(4.788,55)	-
Despesas de Viagem no País	(168.671,49)	(205.024,44)
Despesas de Amortização	(18.067,73)	(24.091,87)
Despesas de Depreciação	(197.126,60)	(33.321,96)
Outras Despesas Administrativas	(46.684,60)	(45.804,92)
Emolumentos judiciais e cartorários	(305,91)	(300,00)
Contribuição a OCE	(1.256,76)	(1.040,34)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	-	(50,94)
TOTAL	(924.880,12)	(724.828,80)

24. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	18.429,05	207.536,43
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	83.424,16	0,00
Dividendos	126.738,28	224.811,89
Rateio de despesas da central entre filiadas	5.100.000,00	4.545.205,19
Outras rendas operacionais	58.777,90	236.384,88
TOTAL	5.387.369,39	5.213.938,39

25. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Provisões Passivas	0,00	(64.976,03)
Outras Despesas Operacionais	(421,26)	(2.312,18)
TOTAL	(421,26)	(67.288,21)



26. Partes Relacionadas

a) Cooperativas Singulares

As transações com partes relacionadas referem-se à operações realizadas e a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores e as cooperativas singulares por eles dirigidas. Segue posição das transações ativas e passivas:

Transação	Ativo/ (Passivo/PL)		Receitas/ (Despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2020
Operações de Crédito	24.318.615,79	36.818.876,10	633.522,33	1.078.058,05
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(74.024,01)	(436.316,39)	362.292,38	(152.438,90)
Valores a receber				
Centralização Financeira	(505.783.740,49)	(240.255.112,09)	(5.605.187,34)	(6.428.733,95)
Depósitos a prazo	(52.222.665,09)	(46.040.126,96)	(869.234,84)	(1.220.491,88)
Provisão JSCP	(666.768,77)	-	(666.768,77)	(912.530,68)
Patrimônio Líquido				
Capital Social	31.779.562,65	31.124.722,69		

h) No primeiro semestre de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(32.514,91)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(756.143,79)
Encargos Sociais	(218.168,88)

27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental



O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

30. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais (Lei 9.703/98) – Nota 8.a	-	101.365,60	-	101.365,60
Outros	-	-	-	-
TOTAL	-	101.365,60	-	101.365,60

31. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Previdência provada. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário. As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de primeiro semestre de 2020 totalizaram R\$ 35.566,6.

JOÃO PESSOA - PB

MARIA KELLYANE LOPES DE VERAS

CONTADORA

CPF: 080.326.154-31

CRC: PB-012269/O-6

NEILSON SANTOS OLIVEIRA

DIRETOR EXECUTIVO

CPF: 420.502.432-00



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE

João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL NE em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa



em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 13 de agosto de 2020.

Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste – SICOOB CENTRALNE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame mensal dos Balancetes e das Demonstrações Financeiras e Contábeis, relativos ao 1º semestre de 2020 e, considerando o acompanhamento e fiscalização realizados ao longo do período, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável, bem como, registramos que as observações feitas por este Conselho Fiscal, no decorrer do 1º semestre de 2020, ao SICOOB CENTRALNE foram devidamente consideradas.

João Pessoa/PB, 25 de setembro de 2020.

Marcondes Ladislau Bezerra

Conselheiro Fiscal – Coordenador

Luzia Helena de Freitas Fonseca Rezende

Conselheiro Fiscal

Maria Iolanda Vasconcelos Araújo Pais

Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO SEMESTRAL 2020.1



/sicoobnordeste



/sicoobnordeste



(61) 4000-1111



SICOOB